

Dalto

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4a. EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA BAMERINDUS LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

030-11-3

Pelo presente instrumento particular, a Bamerindus Leasing Arrendamento Mercantil S.A., Companhia Aberta, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Madeira, 64 - 2º andar - Alphaville, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 44.847.374/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **EMISSORA**, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 17.343.682/0001-38, sito a Rua Sete de Setembro, 99 - 13º andar, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **Agente Fiduciário**, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes dos títulos objeto da presente emissão, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**I
DA AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, realizada em 23 de maio de 1995.

**II
DOS REQUISITOS**

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada **CVM**, na forma das leis 6.385, de 07 de dezembro de 1.976, e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou e aprovou a emissão de debêntures simples da **EMISSORA**, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente escritura de emissão será registrada no cartório de registro de imóveis da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

**III
DOS TÍTULOS E SUA EMISSÃO**

A emissão observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição, previsto no artigo 33 da instrução **CVM** nº 13/80.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures

3. VALOR NOMINAL

O valor nominal das debêntures será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

4. VALOR DA EMISSÃO

O valor da emissão será de R\$ 500.000.000,00 (Quinhentos milhões de reais)

5. SÉRIES

A emissão terá uma única série

6. NEGOCIAÇÃO

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

7. FORMA

As debêntures serão escriturais.

8. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da EMISSORA.

9. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 01 de junho de 1995.

10. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures objeto da presente emissão terão prazo de 05 (Cinco) anos, a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de junho de 2000.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures será o valor nominal definido no item 3 da cláusula III deste Instrumento, acrescido da taxa de remuneração, na forma estabelecida no item 14 desta cláusula. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

12. DELEGAÇÃO

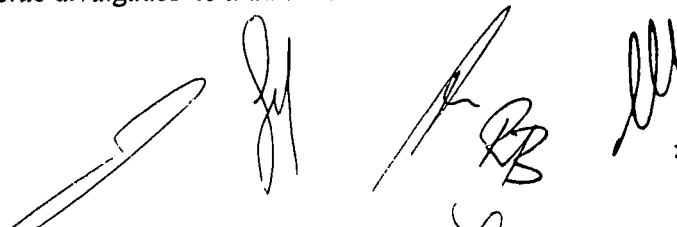
O Conselho de Administração da EMISSORA deliberará sobre as condições constantes dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, que foram delegados pela Assembléia Geral Extraordinária mencionada na cláusula I deste Instrumento.

13. REPACTUAÇÃO:

O conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do encerramento de cada "período de incidência da taxa de remuneração", o seguinte:

- a. o prazo do próximo período de incidência da taxa de remuneração;
- b. a modalidade e percentuais da taxa de remuneração, de juros e de prêmio, se houver, a vigir durante o próximo período de incidência da taxa de remuneração;
- c. as datas de vencimento da taxa de remuneração, dos juros e do prêmio, se houver.
- d. fica desde já definida como 1ª repactuação a data de 01.01.96

13.1 As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 20 desta cláusula, concedendo-se o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas, manifestarem sua opção pela aquisição de seus títulos pela EMISSORA, cujos procedimentos serão divulgados no aludido aviso.



LEAS1ESC2

13.2 A EMISSORA obriga-se a adquirir dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, referidas neste item, as debêntures da presente emissão, pelo seu valor nominal, acrescido de taxa de remuneração, juros e de prêmio, se houver.

13.3 As debêntures adquiridas na forma deste item poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em Tesouraria ou vendidas a terceiros.

14.REMUNERAÇÃO

Sobre o valor nominal das debêntures definido no item 3, desta cláusula, incidirá a partir da data de emissão, uma taxa de remuneração pré-fixada, cujo período de incidência e respectivo percentual serão definidos pelo Conselho de Administração da **EMISSORA**.

14.1 Entende-se por "período de incidência de remuneração" o espaço de tempo durante o qual a taxa de remuneração permanece inalterada.

14.2 Para o primeiro "período de incidência de remuneração", compreendido entre 01.06.95 a 01.01.96, fica, desde logo, definida a taxa pré-fixada de 80% (oitenta por cento) efetiva ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias.

14.3 A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia do mês, será efetuada mediante a aplicação "pro-rata-temporis" da taxa de remuneração, se houver.

15.AMORTIZAÇÃO

As debêntures objeto da presente emissão não sofrerão amortização de nenhuma espécie.

16.JUROS MORATÓRIOS

Caso a **EMISSORA** venha a incorrer em mora no pagamento de quaisquer valores previstos por esta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1%(hum por cento) a.m. e sobre esses incidirão o mesmo rendimento devido às debêntures, desde a época do vencimento até a data do pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17.DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

Sem prejuízo ao disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber seus valores, na época dos vencimentos previstos por esta Escritura ou em comunicação levada a efeito pela **EMISSORA**, não lhe dará direito a nenhum acréscimo sobre os valores vencidos, ficando porém assegurado os direitos que tinha adquirido até a data do vencimento de cada valor não recebido na época do pagamento.

18.LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos previstos por esta Escritura serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, ou Instituição Financeira indicada para tal fim.

19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária, até o 1º dia útil subsequente ao do seu vencimento, caso este coincida com dia em que não haja expediente comercial ou bancário. Nesse caso não haverá acréscimo, sob nenhum título, sobre os valores a serem pagos.



LEAS12SC3

20. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesse dos debenturistas, serão veiculados na forma de avisos ou editais, em jornais de circulação nacional.

21. VENCIMENTO ANTECIPADO

O **Agente Fiduciário** poderá declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto da presente Escritura e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal, e rendimentos, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- b) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30(trinta) dias contados da comunicação formal a ser efetuada pelo **Agente Fiduciário**;
- c) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura de Emissão de Debêntures; e,
- d) a alienação do controle acionário da **EMISSORA**.

IV

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1. Fornecer ao **Agente Fiduciário**:

- a) dentro de no máximo 60(sessenta) dias após o término do 1º semestre de seu exercício social, cópias das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 120(cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202, de 14.01.87 alterada pela Instrução n.º 73 de 22.12.87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada instrução;
- d) imediatamente, qualquer informação relevante ao acompanhamento por parte dos debenturistas, sobre o seu investimento, que venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30(trinta) dias em mora com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura. Tal proibição cessará com a adimplência da **EMISSORA**.

3. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na **CVM**, nos termos da instrução n.º 202/93, bem como fornecer aos debenturistas, com periodicidade mínima de seis meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da lei n.º 6404/76.

4. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições autorizadas a prestar esse tipo de serviço.

5. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas usuais.

6. Não realizar operação fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **Agente Fiduciário** da emissão objeto da presente Escritura, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, retro qualificada, a qual aceita a nomeação para nos termos da lei e normas da presente Escritura, representar, perante ela **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. O **Agente Fiduciário**, dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

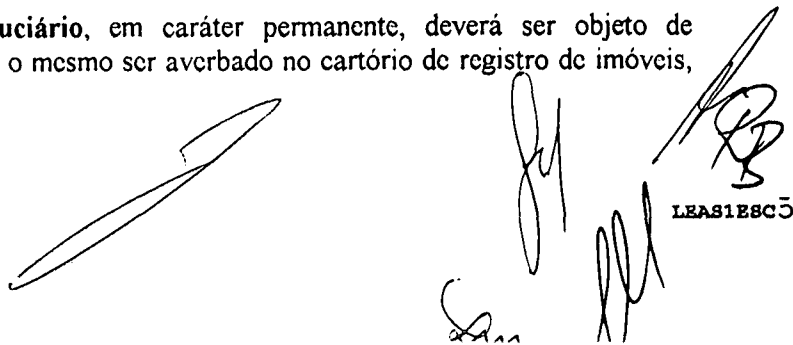
- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º, da lei 6404/76 e artigo 9.º da instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é atribuída.
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura.
- c) Aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições.
- d) Não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

2. O **Agente Fiduciário** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários a serem pagos da forma a seguir mencionada: Parcelas semestrais, equivalentes a R\$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais). Esta parcela será corrigida pelo IPC-r, ou pelo IGP-M, na possibilidade de extinção do primeiro. Caso parcela da emissão seja mantida em tesouraria, deve-se respeitar a relação abaixo:
100% em tesouraria- R\$ 4.000,00/ano, pagos semestralmente;
entre 100% e 50% em tesouraria- R\$ 6.000,00/ano, pagos semestralmente;
abaixo de 50% em tesouraria- R\$ 7.000,00/ano, pagos semestralmente.

- a) A remuneração acima não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das atividades de agente fiduciário, as quais serão pagas pela **EMISSORA**.
- b) Em caso de mora de pagamento de qualquer quantia relativa à remuneração do **Agente Fiduciário**, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos mesmos juros de mora previsto por esta Escritura para as debêntures ora emitidas.


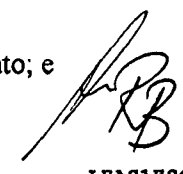

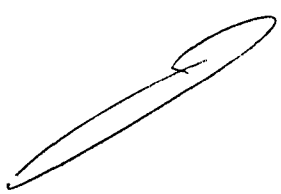
3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30(trinta)dias do evento que a determinar, assembléia geral dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário. A assembléia geral retro mencionada poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo agente fiduciário.

- a) Na hipótese do **Agente Fiduciário** não poder continuar a exercer suas funções, por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, ele deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.
- b) É facultado aos debenturistas, após a distribuição das debêntures no mercado, procederem à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação do seu substituto, em assembléia geral especialmente convocada para essa finalidade.
- c) A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da instrução n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.
- d) A substituição do **Agente Fiduciário**, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no cartório de registro de imóveis, juntamente com a Escritura.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A large, stylized signature is on the left. To the right, there are several smaller signatures and a stamp that reads "LEAS1ESC5".

- e) O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos baixados pela CVM.
4. Além de outros previstos em lei ou atos normativos da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e obrigações do **Agente Fiduciário**:
- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados ao exercício da função;
 - d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - e) promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
 - h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
 - i) solicitar, quando julgar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
 - j) convocar, quando necessário, a assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, por pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a **EMISSORA** normalmente efetua as suas publicações;
 - k) comparecer à assembléia de debenturistas, a fim de fornecer as informações que lhe forem solicitadas;
 - l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68 parágrafo 1.º, letra "b", da lei 6404/76, o qual deverá conter pelo menos as seguintes informações:
 - 11) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA**, ou o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - 12) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 13) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do seu capital;
 - 14) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - 15) aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**, realizadas no período, bem como os pagamentos das obrigações pecuniárias previstas por esta Escritura;
 - 16) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - 17) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - 18) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento; e



LEASIESCÔ

19) declaração sobre a sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

m1) na sede da **EMISSORA**;

m2) no seu escritório, ou local previamente indicado;

m3) na CVM;

m4) nas instituições financeiras que participam da colocação das debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição dos mesmos, nos locais acima definidos;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;

p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

q) notificar os debenturistas, se possível individual e formalmente no prazo máximo de noventa dias, de qualquer inadimplemento por parte da **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local onde fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

q1) à CVM;

q2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

q3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição autorizada a funcionar por aquele Órgão.

r) O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

r1) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula III. Tal declaração poderá ser efetuada na ocorrência de qualquer inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista por esta Escritura;

r2) tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;

r3) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;

r4) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais existirem garantias reais de recebimento dos créditos dos debenturistas, em atraso;

PARÁGRAFO ÚNICO: O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens anteriores, se a assembléia geral dos debenturistas, por decisão unânime dos titulares de todas as debêntures, assim o autorizar. No caso do item "r4", a maioria dos titulares das debêntures, presente na assembléia geral, poderá deliberar pela não adoção da medida por ele contemplada.

s) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas

deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese de a **EMISSORA**

permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

- s1) O ressarcimento retro referido será efetuado imediatamente após a entrega a **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos proprietários das debêntures.
- s2) As despesas sujeitas ao ressarcimento, de forma não exaustiva, compreendem inclusive as seguintes:
 - s2.1) publicação de relatórios, anúncios, avisos e notificações previstos por esta Escritura e outras que regularmente venham a ser exigidas;
 - s2.2) extração de certidões;
 - s2.3) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessário ao cumprimento das suas funções;
 - s2.4) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis para determinação dos créditos ou direitos dos debenturistas.
- s3) O crédito do **Agente Fiduciário** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos da comunhão de debenturistas, que não tenha sido ressarcido pela **EMISSORA**, será acrescido à dívida desta e gozará das mesmas garantias dadas às debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- t) Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar, sem prejuízo dos demais valores previstos por esta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI DA RENÚNCIA

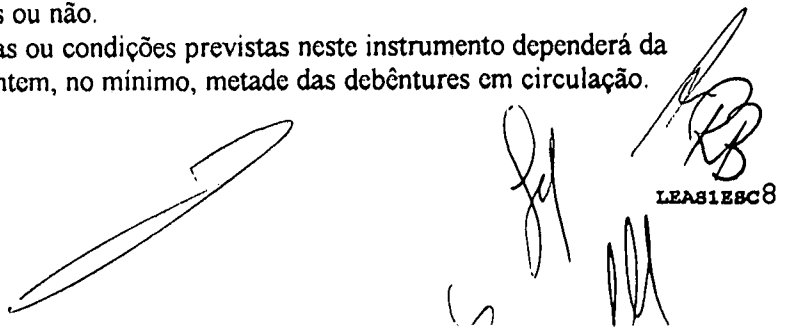
Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

VII DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

- a) Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral especial, a fim de deliberarem sobre matéria do interesse da comunhão dos debenturistas.
- b) A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **Agente Fiduciário**, pela **EMISSORA**, pela **CVM**, ou por debenturistas que representem no mínimo 10%(dez por cento) das debêntures em circulação.
- c) Aplicar-se-á a assembléia dos debenturistas, no que couber, o disposto na lei 6404/76 para assembléia geral de acionistas.
- d) A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem 75%(setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação e em segunda convocação com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for designado pelos presentes, ou aquele que for designado pela **CVM**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de apuração do quorum retro definido, serão excluídas as debêntures que estiverem em tesouraria da **EMISSORA** ou pertencerem aos seus controladores, do número total de debêntures emitidas.

- e) Na hipótese de a assembléia não ter sido convocada pelo **Agente Fiduciário**, este deverá comparecer à mesma a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas pelos debenturistas.
- f) Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- g) Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A large, stylized signature is on the left. To the right, there are several smaller signatures and a stamp that reads "LEAS12SC8".

VIII
DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta Escritura a EMISSORA e o Agente Fiduciário, em três vias e na presença de duas testemunhas que também a assinam.

São Paulo, 23 de maio de 1995.

Cartório do Substituto
1.º TAB.
Banerindus Leasing Arrendamento Mercantil S.A.
Adherbal Mattos de Vilhena
048
Raul Bley Filho
Diretor

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

TESTEMUNHAS
ROGERIO SCHUNTZEMBERGER
CPF. Nº 253.329.709-78

ILONKA CLARICE MOECKE
CPF. Nº 319.819.419-91

12º SERVIÇO NOTARIAL - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1470 - Fone: 298-6277 Nº 960228102000
Reconheço por semelhança a firma de LUIZ SERAFIM SPINOLA SANTOS, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 28 de Fevereiro de 1996
Em testemunho da verdade.
Dulce Bernardes Perico - Esc. Autorizada
Valores/Firmas: R\$ 0,77 | Proc. dados: R\$ 0,00 | Total: R\$ 0,77

12º CARTÓRIO DE NOTAS
AL. SANTOS, 1470
Dulce Bernardes Perico
Escritorinha Autorizada

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 - Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por semelhança a firma de: SERGIO DA COSTA RIBEIRO 02742027733
Nº: 13440
Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1996. Conf. por: [assinatura]
Em testemunho da verdade.
Paulo Osias - Substituto
Valor: 1.61

